



**DESENVOLVIMENTO MORAL E RACIONALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES:
ANALISANDO O *DEFINING ISSUES TEST* – 2**

**MORAL DEVELOPMENT AND RATIONALITY IN ORGANIZATIONS:
ANALYSING THE *DEFINING ISSUES TEST* – 2**

Maria Clara Figueiredo Dalla Costa Ames¹

Ana Ester da Costa²

Maurício Custódio Serafim³

Daniel Moraes Pinheiro⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a metodologia e a aplicação do instrumento *Defining Issues Test - 2* (DIT-2), em pesquisas que articulam a Teoria do Desenvolvimento Moral (TDM) à racionalidade nas organizações. O DIT-2 mensura o construto julgamento moral, elemento de grande relevância para a tomada de decisão e para o entendimento da racionalidade de gestores, empreendedores e colaboradores nas organizações. As pesquisas selecionadas para análise articulam o arcabouço teórico-metodológico do DIT-2 com o da racionalidade, em organizações brasileiras. A análise aborda pressupostos teóricos, características do DIT-2, procedimentos para aplicação, coleta e análise dos dados, resultados alcançados e contribuições de cada pesquisa. Os resultados indicam que a racionalidade instrumental e substantiva estão associadas aos julgamentos morais. O uso do DIT-2 apresentou, no entanto, limitações na aplicação em virtude de procedimentos de coleta e para apuração dos resultados. Pesquisas futuras podem aplicar esse arcabouço para amostras estatisticamente significativas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Moral, Racionalidade, Guerreiro Ramos, julgamento moral, *Defining Issues Test* – 2.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the methodology and application of the *Defining Issues Test - 2* (DIT-2) instrument, in research that articulate the Theory of Moral Development (TDM) to rationality in organizations. The DIT-2 measures the moral judgment construct, an element of great relevance for decision making and for understanding the rationality of managers, entrepreneurs and employees in organizations. The research selected for analysis articulate the

¹ Professora substituta. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. E-mail: maria.ames@udesc.edu.br

² Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL Virtual. E-mail: anadepaula2000@gmail.com

³ Professor. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. E-mail: mauricio.serafim@udesc.br

⁴ Professor. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. E-mail: daniel.m.pinheiro@gmail.com

theoretical-methodological framework of DIT-2 with that of rationality in Brazilian organizations. The analysis addresses theoretical assumptions, characteristics of DIT-2, procedures for application, data collection and analysis, results achieved and contributions from each research. The results indicate that instrumental and substantive rationality are associated with moral judgments. However, the use of DIT-2 presented limitations in its application due to collection procedures and results. Future research may apply this framework to statistically significant samples in Brazilian companies.

KEYWORDS: Moral Development, Rationality, Guerreiro Ramos, julgamento moral, Defining Issues Test-2.

INTRODUÇÃO

Desde a publicação em 1981 da obra *A Nova Ciência das Organizações*, pesquisadores vêm discutindo a racionalidade instrumental e substantiva a partir do arcabouço teórico descrito pelo sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982). Sua produção apresenta conceitos como a ‘redução sociológica’ (RAMOS, 1996) e a ‘teoria substantiva da vida humana associada’ (RAMOS, 1989). Ambos se articulam no argumento de Ramos (1989) a favor de uma ciência das organizações fidedigna à realidade e que considera a razão como um atributo exclusivo da psique humana. Ramos (1989) define, então, a racionalidade substantiva baseada em valores e a distingue da racionalidade instrumental, baseada no cálculo utilitário de consequências.

A partir desse arcabouço, Serva (1996) investigou empiricamente a racionalidade na prática administrativa, encontrando elementos da racionalidade instrumental e substantiva. Passados quase 25 anos, o modelo teórico e as categorias propostas por Serva (1996; 1997) foram aplicados em estudos sobre organizações públicas e privadas. Segundo as revisões da literatura brasileira de Santos (2012) e Serva *et al.* (2015), uma primeira geração de estudos buscou identificar a racionalidade em organizações. Uma segunda geração aprofundou os elementos relacionados à racionalidade substantiva dentro da gestão, tais como processos decisórios (SILVA, 2011), reflexão e comunicação (CAITANO, 2010) e tensão (SANTOS, 2012; SIQUEIRA; SERVA, 2014).

A revisão de Costa *et al.* (2017) da produção entre os anos 2013 e 2016, encontra estudos sobre a teoria da racionalidade e o contexto histórico da obra de Guerreiro Ramos. Outras pesquisas ainda sugerem aspectos como a intuição (ANDRIOTTI *et al.*, 2014), a *phronésis* - sabedoria prática ou prudência - como abordagem metodológica (CAITANO, 2017) e a razão lúcida, constituída da unidade entre a prudência e as intenções (SANTOS *et al.*, 2019).

Alguns desses novos elementos associados à racionalidade, e que o presente artigo abordará, são o desenvolvimento moral e a resolução de dilemas morais. A articulação entre o arcabouço teórico-metodológico da Teoria do Desenvolvimento Moral (TDM), proveniente da

Psicologia, com a racionalidade substantiva e instrumental, coloca em evidência o julgamento moral. No modelo de Serva (1996; 1997), o julgamento ético é associado à racionalidade substantiva. Os dilemas morais, por sua vez, exprimem um estado de tensão, para o qual os atores organizacionais ponderam entre as éticas da responsabilidade e da convicção, discussões presentes no trabalho de Weber (1999) e Ramos (1983, 1989).

Cherques *et al.* (2011) estudaram o desenvolvimento moral em um grupo de organizações brasileiras e portuguesas, encontrando evidências de um desenvolvimento moral pré-convencional e convencional nas primeiras. Mas, até então, estudos brasileiros não relacionaram a TDM à racionalidade nas organizações.

Em 2015 foram finalizados dois trabalhos que fizeram essa articulação teórico-metodológica. No primeiro, Ames (2015) buscou compreender como empreendedores econômicos e sociais lidavam com seus dilemas morais, considerando a racionalidade, o desenvolvimento moral e a incerteza moral. No segundo, Costa (2015) estudou o caso da Associação de Alcoólicos Anônimos, visando compreender como as práticas organizacionais e interações sociais poderiam contribuir para o desenvolvimento moral de seus membros. Essas pesquisas agregaram as principais categorias de análise da TDM e dos estudos neo-kohlberguianos. Ambas utilizaram o teste de desenvolvimento moral – *Defining Issues Test 2* (DIT-2) – para observar o esquema de raciocínio moral dos participantes. Esse instrumento é fruto do trabalho da abordagem neo-kohlberguiana, de pesquisas conduzidas por Rest *et al.* (1999a, 1999b). Os critérios de escolha desse instrumento são considerados na seção 3, sobre Métodos e Procedimentos.

O objetivo deste artigo, portanto, é avaliar a aplicação do instrumento DIT-2 em pesquisas que articulam o desenvolvimento moral à racionalidade em organizações brasileiras. Para isso, discutem-se os procedimentos metodológicos, a análise e a interpretação dos resultados, bem como limitações em sua operacionalização.

Este artigo está organizado da seguinte forma. Primeiro, abordam-se a racionalidade nas organizações segundo Ramos (1989), e a teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1992), incluindo a perspectiva neo-kohlberguiana. Esta primeira etapa refere-se à contextualização teórica, necessária para a compreensão da aplicabilidade do instrumento. Na segunda etapa discute-se o instrumento DIT-2 e os procedimentos metodológicos. Analisa-se, então, o uso do instrumento em estudos organizacionais no contexto brasileiro, considerando os resultados obtidos, limitações e dificuldades em sua aplicação e discutindo sua adoção no campo da administração. Finalmente, faz-se uma reflexão sobre a adoção desse instrumento em pesquisas

que abordam a racionalidade e o desenvolvimento moral nas organizações e implicações para pesquisas futuras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando o contexto teórico em que as pesquisas foram construídas para o uso do DIT-2, neste tópico serão apresentados, de maneira breve, as concepções de Alberto Guerreiro Ramos acerca da racionalidade instrumental e da racionalidade substantiva e, em seguida, os conceitos centrais do trabalho de Lawrence Kohlberg e da abordagem neo-kohlberguiana.

A racionalidade nas organizações segundo Alberto Guerreiro Ramos

No cenário brasileiro, a “abordagem substantiva da organização”, de Ramos (1989), tem-se mostrado como uma alternativa para a reafirmação da ética em estudos organizacionais. Na obra, Ramos apresenta os fundamentos de sua Teoria Substantiva da Vida Humana Associada, na qual reconsidera a razão como um atributo da pessoa humana, e discute a forma plena de racionalidade, isto é, não somente a instrumental, mas a racionalidade substantiva.

Tem-se, então, dois pares de conceitos básicos: racionalidade instrumental e racionalidade substantiva e, de inspiração weberiana, a ética da responsabilidade e ética da convicção. Ramos (1989) apoiou-se nas definições de Weber (1999), sobre a racionalidade funcional e substancial e a ética da responsabilidade e da convicção. Segundo Siqueira e Serva (2014), Ramos (1989) não definiu sistematicamente os principais termos de sua teoria, pois seu propósito era lançar suas bases, permitindo-se apenas agregar os termos clássicos.

De acordo com Ramos (1989, p. 16), “a racionalidade, no sentido substantivo, nunca poderá ser um atributo definitivo da sociedade, pois é diretamente empreendida pela consciência humana, não pela mediação social”. A racionalidade substantiva “impõe o indivíduo na direção de um esforço contínuo, responsável e penoso para dominar suas paixões e suas inclinações inferiores” (RAMOS, 1989, p. 16). Ela se refere ao pensamento ordenado e valorativo das ações, isto é, com base em valores éticos.

A racionalidade instrumental é o resultado de um processo de transvalorização da razão, a qual foi retirada do âmbito da psique humana e recolocada como atributo externo, do meio social, dando-lhe características sociomórficas. Ela corresponde a uma visão da razão humana baseada somente no cálculo utilitário de consequências, na qual os seres humanos agem em função de um fim ou objetivo destinado a atender seus interesses pessoais (Ramos, 1989).

Analisando o papel do homem público, Weber (1999; 2002) descreve que a ética da responsabilidade corresponde aos compromissos e obrigações representativas do cargo que ocupa, do interesse público que representa e da responsabilidade diante dos demais atores. Corresponde a requerimentos éticos externos ao ator. A ética da convicção se baseia nos princípios éticos do próprio ator que, diante das circunstâncias, considera os valores em que acredita, tais como honestidade, lealdade ou confiança.

Para Ramos (1989), os polos de tensão existencial são um dos elementos constitutivos da condição humana e a razão implica ter consciência dessa tensão: “o bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (RAMOS, 1989, p. 52).

A tensão existencial humana representa o esforço para o autodomínio humano, da razão sobre as paixões (RAMOS, 1989). Santos (2012) analisou a presença da tensão nos processos decisórios, em situações de conflito, entre outros elementos vivenciados por gestores públicos.

Desde o modelo de Serva (1996; 1997) contendo 11 processos organizacionais, o estudo da racionalidade foi enriquecido com pesquisas que: aplicaram o quadro de análise, inseriram novas teorias, transitaram para uma segunda geração (SERVA *et al.*, 2015) e discutiram a teoria substantiva e o contexto histórico da obra de Ramos (COSTA *et al.*, 2017). Abordam-se inicialmente organizações de todos os tipos, seguidas de uma ênfase em setores específicos e finalmente, focalizam-se em processos organizacionais.

O julgamento ético, presente no modelo de Serva (1996), está relacionado à racionalidade substantiva e aos processos de hierarquias e normas, valores e objetivos, tomada de decisão, reflexão sobre a organização e condução de conflitos. De forma similar, o julgamento moral aparece na TDM relacionado à condução de dilemas morais.

A teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg e a abordagem neo-kohlberguiana

A teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg (1927-1987) é uma abordagem cognitiva-estrutural evolutiva (KOHLBERG, 1992). Biaggio (2002) recorda que Freud e Piaget foram os pioneiros no estudo do desenvolvimento moral na psicologia. Haidt (2013) reconhece que o trabalho de Kohlberg representa uma mudança de rumos no campo, na medida em que não adotou a psicanálise ou os pressupostos behavioristas.

A cognição estrutural assume que os julgamentos morais seguem uma estrutura ou forma de julgamento moral universal, isto é, válida para todas as pessoas e culturas. Kohlberg

(1992) partiu de estágios piagetianos de desenvolvimento, marcados pela passagem da heteronomia, ou moralidade externa ao indivíduo, para autonomia. Depois, identificou empiricamente que as justificações morais em dilemas seguiam um padrão de raciocínio. Esse padrão revelou uma estrutura ordenada de seis estágios de desenvolvimento moral. A natureza evolutiva corresponde ao desenvolvimento gradual de um estágio inicial até os estágios mais avançados de desenvolvimento.

Os seis estágios de desenvolvimento moral descritos por Kohlberg (1992) estão distribuídos em três níveis: o **pré-convencional** (estágios 1 e 2), o **convencional** (estágios 3 e 4) e o **pós-convencional** (estágios 5 e 6).

No nível pré-convencional, as regras são consideradas externas ao sujeito, sem internalização de princípios morais e a ação é julgada por suas consequências e não pelas intenções (KOHLBERG, 1992). O nível pré-convencional é composto pelos estágios: (1) *Orientação para a punição e a obediência*: a moralidade de um ato é definida em termos de consequências físicas para o agente (moralidade concreta). Se uma ação é punida, significa que está moralmente errada; se não, o agente entende que a ação é moralmente correta; (2) *Hedonismo instrumental relativista*: a ação moralmente correta é definida em termos do prazer ou da satisfação das necessidades, numa postura hedonista. É um estágio egoísta, em que a moral é relativizada conforme a satisfação das necessidades pessoais (KOHLBERG, 1992).

No nível convencional, assume-se que a pessoa identifica ou aceita as regras dos outros, especialmente das autoridades. O indivíduo começa a internalizar princípios morais conforme o que julga ser certo em relação à sociedade e à lei. O nível convencional é o da maioria dos adolescentes e adultos, segundo pesquisas na realidade norte-americana e brasileira (BIAGGIO, 2002). É composto pelos estágios: (3) *Moralidade de aprovação social e relações interpessoais*: o comportamento moralmente certo é o que leva à aprovação dos outros, conformando-se com as regras impostas pelos grupos a que pertence; (4) *Orientação para a lei e a ordem*: os sujeitos têm grande respeito pela autoridade, por regras fixas, pela lei e pela manutenção da ordem social estabelecida pelas instituições (KOHLBERG, 1992).

O nível pós-convencional é constituído pelos estágios mais elevados de desenvolvimento moral e, geralmente, poucos adultos chegam a eles. Segundo Kohlberg (1992), baseia-se em princípios morais gerais. Esses princípios às vezes entram em conflito com as regras da sociedade e, nesse caso, julga-se de acordo com princípios de consciência e não pela convenção. É composto pelos estágios: (5) *A orientação para o contrato social*: o indivíduo admite que as leis ou os costumes podem ser injustos e devem ser mudados. Busca-se a mudança através de canais legais e de contratos democráticos; (6) *Princípios universais de*

consciência: nesse estágio, o indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. O estágio seis representa uma orientação moral mais universalista, que define a obrigação segundo os princípios de justiça e respeito pela personalidade (KOHLBERG, 1992).

A teoria kohlberguiana recebeu críticas quanto à universalidade de seu modelo de desenvolvimento, quando argumenta que a estrutura de raciocínio é a mesma, independentemente da cultura. Também foi questionado quanto à sua perspectiva de desenvolvimento moral em estágios bem definidos, pelos quais as pessoas vão avançando de “degrau a degrau” (REST *et al.*, 1999a). Atualmente, os estudos neo-kohlberguianos concebem que o raciocínio moral tem apenas uma predominância em determinado nível.

Outra questão se refere à teoria ser desenvolvida, inicialmente, a partir de pesquisas com o público masculino. Gilligan (1982), psicóloga e colega de Kohlberg (1992), levantou a questão em defesa de uma perspectiva que considera a moralidade feminina, sendo a ética do cuidado seu princípio norteador. Na perspectiva de Kohlberg (1992) é a justiça a principal orientação moral e, segundo Rest *et al.* (1999a, 1999b), o DIT é igualmente válido para homens e mulheres.

Colegas de Kohlberg (1992) deram continuidade à sua perspectiva, propondo mudanças em alguns métodos e pressupostos teóricos. Rest *et al.* (1999a, 1999b) são nomes frequentes dessa perspectiva. Desde então, os estudos neo-kohlberguianos desenvolveram outros instrumentos para avaliação do juízo moral, validados ao longo de décadas de pesquisas. Entre eles, encontram-se o *Defining Issues Test* (DIT) e sua segunda versão, o DIT-2, de Rest *et al.* (1999a, 1999b), e o *Moral Judgement Test*, desenvolvido por Lind (2000).

No método de Kohlberg (1992), os entrevistados respondiam sobre como resolveriam os dilemas morais contados pelo pesquisador. No DIT-2, os participantes respondem a um questionário composto por cinco dilemas morais. Segundo Thoma e Dong (2014), o DIT mensura o reconhecimento e a importância dada a questões baseadas em princípios morais.

Rest *et al.* (1999b) definem o julgamento moral como um **processo cognitivo**, pelo qual uma pessoa constrói categorias epistemológicas básicas, como ‘direitos’, ‘deveres’, ‘justiça’ e ‘reciprocidade’ e no qual o **juízo** pode se **desenvolver** ao longo do tempo, marcando a passagem da adolescência para a fase adulta pela **evolução do estágio** convencional para o pós-convencional. Com a adesão ao DIT, o crescimento é entendido como uma mudança gradual de uma concepção de cooperação social e moral menos complexa, para uma mais complexa (THOMA; DONG, 2014). Além disso, preferem a definição de esquemas, como na Tabela 1.

A concepção de esquemas de raciocínio moral equivale aos estágios de Kohlberg (1992). Segundo Thoma e Dong (2014), o esquema de interesse pessoal corresponde aos estágios 2 e 3 e representa uma lente baseada no interesse individual e nos ganhos e perdas que se experimenta em determinado dilema.

Tabela 1

De estágios para esquemas de desenvolvimento moral

Nível	Estágios de Kohlberg (1992)	Esquemas (REST <i>et al.</i> , 1999a)
Pré-convencional	1. Moralidade heterônoma	
	2. Moralidade hedonista	Interesses pessoais (Estágios 2 e 3= S23)
Convencional	3. Moralidade da aprovação social	
	4. Orientação para a lei e a ordem	Manutenção das normas (S4)
Pós-convencional	5. Orientação para o contrato social	Pós-convencional (S56)
	6. Princípios universais de consciência	

Fontes: Adaptado de Kohlberg (1992) e Thoma e Dong (2014).

O esquema de manutenção das normas, deriva em concepção do estágio 4. Prevalece no julgamento o respeito às normas e leis de uma sociedade. O esquema pós-convencional equivale aos estágios 5 e 6. Thoma e Dong (2014) argumentam que no pensamento pós-convencional as obrigações morais devem estar baseadas em critérios que enfatizam ideais compartilhados, completamente recíprocos e abertos ao escrutínio.

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Nos tópicos seguintes, serão apresentados os métodos e procedimentos que constituíram a construção das pesquisas, objeto de análise deste artigo. Tais pesquisas foram encontradas a partir da busca no banco de teses e dissertações da Capes (2016) na área de Administração, considerando aquelas que relacionam o arcabouço teórico-metodológico do DIT-2, para o julgamento moral, com o conceito de racionalidade nas organizações, discutido por Guerreiro Ramos (1989). A busca foi realizada em fevereiro de 2016, sem recortes temporais, resultando em duas pesquisas que relacionam os dois arcabouços teóricos.

Concepção do modelo de estudo: TDM e racionalidade nas organizações

As pesquisas selecionadas para análise articulam a TDM de Kohlberg (1992) aos conceitos de racionalidade de Guerreiro Ramos (1989). Essa aproximação acentua a ênfase dada à razão humana para o julgamento e a ação.

Dois elementos teóricos se sobressaem como pontos em comum. O primeiro deles é o *interesse individual* baseado no alcance de determinado fim, em comum entre a racionalidade instrumental (RAMOS, 1989) e o esquema de *interesses pessoais* (REST *et al.* 1999a), como exposto na Figura 1.

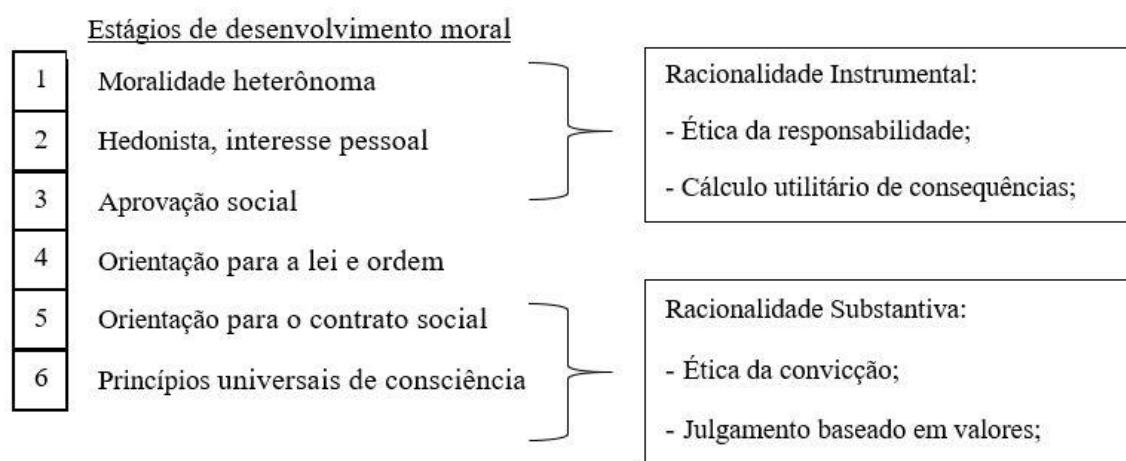


Figura 1: Estágios de desenvolvimento moral e racionalidade nas organizações

Fonte: elaborado pelos autores.

O segundo construto corresponde aos *valores ou princípios éticos*, associados à definição de racionalidade substantiva (RAMOS, 1989; SERVA, 1997) e aos estágios de desenvolvimento moral pós-convencionais. Os princípios éticos estão na raiz dessa forma de racionalidade (RAMOS, 1989) e de julgamento moral (KOHLBERG, 1992). A racionalidade substantiva como aquela que considera os meios e os fins adequados na ação, enquanto Kohlberg (1992) considera a justiça como orientação ética central de sua teoria.

Aproximando o raciocínio moral de cada estágio de desenvolvimento, com os elementos da racionalidade instrumental e substantiva, tem-se o esboço sugerido na Figura 1.

Essa articulação pressupõe uma relação entre os estágios iniciais de desenvolvimento moral e a racionalidade instrumental. Da mesma forma, uma relação entre a racionalidade substantiva e os estágios mais avançados de desenvolvimento moral, em virtude principalmente de que ambos representam um julgamento baseado em princípios éticos.

Com relação à tensão, assume-se a possibilidade de ser maior em atores que apresentam uma predominância do julgamento moral do esquema pós-convencional, ou seja, nos estágios 5 (orientação para o contrato social) e 6 (princípios universais de consciência).

Instrumento e medidas do *Defining Issues Test-2*

A complexidade das entrevistas clínicas kohlberguianas levou os pesquisadores a desenvolverem métodos mais objetivos, como o *Sociomoral Reflection Objective Measure* (SROM), do norte-americano John Gibbs, e o *Moral Judgment Test*, do alemão Georg Lind (BATAGLIA *et al.*, 2010; BIAGGIO, 2002; BIGGS; COLESANTE, 2015).

Rest *et al.* (1999a, 1999b) criaram o *Defining Issues Test* em 1979. A versão mais recente, denominada DIT-2, contém cinco dilemas, cada qual com 12 itens com escalas de cinco pontos, os quais são classificados e ordenados em grau de importância pelo respondente (THOMA; DONG, 2014). Os principais índices calculados pelo DIT-2 são: N2, “não consigo decidir”, “*humanitarian liberalism*” e “*religious orthodoxy*” (THOMA; DONG, 2014). O índice N2 é maior quando o respondente diferencia entre respostas entre o esquema interesse pessoal e pós-convencional e decresce quando a pessoa não diferencia entre esses itens (THOMA; DONG, 2014).

Uma medida adicional corresponde ao tipo de desenvolvimento. Thoma e Dong (2014) explicam que quando a pessoa claramente tem preferência por um esquema de raciocínio, ela representa um desenvolvimento do tipo ‘consolidado’. Por outro lado, quando o respondente considera os itens representativos dos três esquemas, o desenvolvimento é do tipo ‘em transição’. Thoma (2008) sugere que as fases de desenvolvimento moral em consolidação ou em transição podem ser uma medida moderadora de consistência entre julgamento moral e ação.

O índice ‘não consigo decidir’ revela em quantos dilemas o respondente não conseguiu decidir pelo seu protagonista. O índice ‘*humanitarian liberalism*’, indica em quantos dilemas o participante decidiu por fazer a ação que prioriza a pessoa envolvida. O índice ‘*religious orthodoxy*’ corresponde à resposta ao item 10, do ‘dilema do câncer’, no qual o respondente consideraria como muito importante o argumento de que “somente Deus poderia terminar com uma vida” (THOMA; DONG, 2014).

Considerações sobre os procedimentos para uso do *Defining Issues Test - 2*

Para o uso do DIT-2, os procedimentos metodológicos e os requerimentos oficiais para autorização do seu uso são concedidos pelo *Center for the Study of Ethical Development* (CSED), vinculado à Universidade do Alabama (USA). Ele detém os direitos legais sobre o uso do DIT, centraliza os cálculos do instrumento e autoriza aos pesquisadores aplicarem o teste,

após firmado o “termo de autorização para uso da versão em português”. Esses passos e os seguintes foram realizados nas pesquisas sob análise.

O CSED (2017) mantém em seu site oficial as informações iniciais para auxílio aos pesquisadores, tais como o formulário a ser preenchido para o uso do instrumento. No entanto, não há menção sobre a aplicação do teste em outros idiomas. Para tal consulta, é necessário entrar em contato via correio eletrônico. Após solicitação, o CSED encaminhou às pesquisadoras, via correio eletrônico, a versão do DIT-2 em português de Portugal.

Há um custo para realização dos cálculos do DIT-2. Com os testes respondidos pelos participantes, os dados coletados devem ser transcritos para uma planilha e encaminhados ao CSED. De posse das informações, o custo é cobrado proporcionalmente ao número total de respondentes e ao tempo de trabalho, mesmo nos casos de testes invalidados por inconsistência, caso ocorrido em um dos trabalhos. O CSED orienta que tal planilha é repassada ao pesquisador após encaminhado o formulário indicando seu interesse pelo uso do instrumento. Também é solicitado o preenchimento do “termo de autorização para uso da versão em português”.

A pesquisa com empreendedores aplicou o DIT-2 individualmente, para cada um dos seis participantes da pesquisa, os quais levaram de 24 a 42 minutos para respondê-lo. A faixa etária era de 34 a 65 anos. Todos eram formados e pós-graduados, quatro com pós-graduação *lato sensu* e dois com mestrado. A segunda pesquisa aplicou os testes em 16 membros do Grupo de Alcoólicos Anônimos, porém em grupos de 2 ou 3 sujeitos. As idades variavam entre 24 e 65 anos, entre os homens e mulheres da amostra, e os níveis de escolaridade iam do ensino fundamental ao superior, com e sem especialização. Ambas as pesquisas seguiram uma abordagem qualitativa e adotaram uma amostragem não probabilística.

Além dos dados coletados no DIT-2, alguns dados complementares foram necessários para a apuração do instrumento pelo CSED. Foram solicitados os dados demográficos: idade, sexo, grau de instrução, posição política, se cidadão norte-americano ou não e se o inglês é o primeiro idioma. Além deles, o tempo de preenchimento do teste por participante deve ser indicado. Foi necessário um novo contato com os participantes para saber a posição política de cada um. No entanto, a escala de opções oferecidas pelo centro representava o posicionamento político norte-americano: muito liberal, liberal, nem liberal nem conservador, conservador, muito conservador. Dessa forma, as respostas referentes ao contexto brasileiro poderiam ser interpretadas segundo o cenário americano e representar uma fragilidade para o uso do instrumento.

Com relação ao posicionamento político, Rizzo e Swisher (2004) compararam os resultados obtidos com o DIT-2 e com o *Sociomoral Reflection Objective Measure* (SROM)

em pesquisas na administração pública. Descobriram que, no cenário americano, liberais e moderados tem um índice no esquema pós-convencional maior do que conservadores no teste DIT-2. Para eles, os resultados dão suporte a pesquisas prévias que apontavam para uma dimensão política do DIT. Dessa maneira, se considerarmos a diferença nos termos que designam a posição política norte-americana e brasileira, não sabemos em que medida ela interfere nos resultados de desenvolvimento moral de brasileiros.

Há outras duas questões em decorrência da centralização da apuração dos resultados pelo CSED. A primeira se refere à impossibilidade de pesquisadores terem acesso aos procedimentos de cálculo do instrumento DIT-2. A segunda corresponde à necessidade de envio dos dados ao CSED. Apesar de não ser possível identificar os respondentes, o centro de pesquisa estrangeiro passará a ter em mãos os dados de um grande número de respondentes. Se os cálculos fossem realizados pelos pesquisadores brasileiros, seria possível conduzir pesquisas meta-analíticas com uma base de dados significativa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM O *DEFINING ISSUES TEST-2*

Esta seção apresenta três momentos analíticos quanto ao uso do DIT-2. Primeiro, abordam-se os resultados em pesquisas, seguidos de uma discussão sobre as dificuldades em sua aplicação, do ponto de vista de pesquisadores e respondentes e, por fim, uma análise comparativa entre o DIT-2 e outras alternativas.

As pesquisas analisadas seguem uma abordagem qualitativa e exploratória sobre o desenvolvimento moral em distintas organizações. Elas revelam que a objetividade do DIT-2 permite identificar o esquema de desenvolvimento moral predominante. Por outro lado, percebe-se que em ambas as pesquisas as respostas se distribuíram entre os três esquemas de desenvolvimento, dando ênfase ao pressuposto neo-kohlberguiano.

A primeira pesquisa foi realizada junto à empreendedores econômicos e sociais de diferentes organizações de Santa Catarina. Após respondidos, os dados coletados pelo DIT-2 passaram por uma checagem de confiabilidade e não apresentaram inconsistências que os invalidassem. Cada respondente preencheu, ao todo, cinco perguntas sobre o que fazer em cada dilema, classificou a importância dos 60 itens em escalas de cinco pontos e ordenou os quatro itens mais importantes para cada dilema. De todos os participantes, apenas três argumentos não foram classificados, o que não prejudicou o cálculo.

Os resultados do DIT-2, observados por Ames (2015), estão contidos na Tabela 2. Os quatro primeiros participantes listados na Tabela 2 apresentaram um desenvolvimento moral representativo do esquema pós-convencional e do tipo consolidado. Os dois últimos participantes apresentaram um resultado mais distribuído entre os três esquemas, com o esquema de manutenção de normas ligeiramente maior que os outros. Isto representa um desenvolvimento moral do tipo em transição.

Tabela 2

Resultados do DIT-2 por esquema e tipo de desenvolvimento moral

E	Interesse pessoal	Manutenção das normas	Pós-convencional	Índice N2	Tipo	“Não consigo decidir”	Lib. Hum.
E6	20,00	22,00	56,00	57,13	Consolidado	1	2
E5	18,00	32,00	50,00	48,16	Consolidado	1	2
E1	18,00	36,00	42,00	46,43	Consolidado	0	2
E4	12,00	42,00	42,00	41,19	Consolidado	0	3
E2	30,00	36,00	26,00	19,55	Em transição	0	2
E3	24,00	34,00	22,00	17,42	Em transição	2	1

Fonte: Ames (2015), conforme cálculos realizados pelo *Center for the Study of Ethical Development*, em 15 Out. 2015.

Dos cinco dilemas, a maioria dos respondentes não decidiu pela ação em favor da pessoa envolvida na história, conforme o indicador “liberalismo humanitário”. Isso realça a relevância dada à manutenção das normas e regras da sociedade, como descrito por Thoma e Dong (2012).

Após triangulação entre os resultados do DIT-2 e entrevistas em profundidade, a pesquisa sugere que os empreendedores com desenvolvimento moral pós-convencional consolidado exerciam, na condução da maioria de seus dilemas reais, uma racionalidade substantiva. Nesses casos, as justificativas e relatos dos dilemas foram interpretados como representativos dos esquemas “manutenção de normas” e “pós-convencional”. Os princípios éticos considerados foram: transparência, honestidade, confiança e autorrealização.

A segunda interpretação da pesquisa revela correspondência entre o “tipo de desenvolvimento em transição” e a racionalidade instrumental. Os dois empreendedores que tiveram esse resultado no teste DIT-2 revelaram, pela análise de seus dilemas, justificativas similares aos esquemas de interesse pessoal (S23) e de manutenção das normas (S4), predominantemente. Ambos disseram conduzir decisões com base no consenso, pelo diálogo entre os envolvidos e de forma participativa. As regras são estabelecidas pela equipe. Em termos éticos, os princípios são construídos pelos membros. Essas percepções sugerem uma conduta mais flexível, adaptativa, inclusive em termos morais, o que leva a uma adaptação das

condições para resolução de problemas. A adaptação dos meios aos fins está mais relacionada com a ideia de racionalidade instrumental. Além disso, a predominância do esquema “manutenção de normas” indica, conforme pesquisas de Rest *et al.* (1999a, 1999b), a prevalência de uma moralidade heterônoma, isto é, que vem de fora, nesse caso exemplificada pelas regras da sociedade, dos grupos e das leis.

A segunda pesquisa sob análise foi conduzida em um grupo de Alcoólicos Anônimos (A.A.) do estado de Santa Catarina. Sobre a racionalidade, foram consideradas algumas categorias organizacionais propostas por Serva (1997): hierarquia e normas, tomada de decisão e divisão de trabalho. Tais elementos foram articulados com categorias kohlberguianas: tomada de perspectiva, atmosfera moral e discussões morais. Os dados foram coletados mediante entrevistas, observação e aplicação do DIT-2. Os resultados deste último estão na Tabela 3.

Tabela 3

Resultados do DIT-2 por esquema e tipo de desenvolvimento

ID	Interesse pessoal	Manutenção das normas	Pós-convencional	Índice N2	Tipo	“Não consigo decidir”	Lib. Hum.
4	36.00	40.00	18.00	15.99	Consolidado	0.00	0.00
8	10.00	44.00	30.00	19.12	Consolidado	0.00	1.00
11	28.00	32.00	28.00	12.14	Transição	2.00	1.00

Fonte: Costa (2015), resultados dos índices do DIT-2 calculados pelo *Center for the Study of Ethical Development* em 15 Out 2015.

A Tabela 3 indica que dois participantes apresentam um desenvolvimento moral predominante no esquema manutenção de normas (S4) e do tipo consolidado (ID 4 e 8). O terceiro participante (ID 11) é representativo do tipo de desenvolvimento moral em transição, pois apresenta um índice distribuído entre os três esquemas.

O respondente ID 8 apresentou o maior índice pós-convencional, 30 pontos. Ele indica quanto o membro está em direção ao esquema pós-convencional. No entanto, o índice N2 é mais baixo que o anterior (19,12), ajustado devido aos índices dos outros esquemas. O nível educacional desse respondente (ID 8) é o fundamental.

Nessa pesquisa, sete membros que responderam ao teste possuíam nível superior, mas apenas um deles teve o teste validado pelo CSED, ou seja, passou na checagem de confiabilidade. A invalidação na checagem de confiabilidade pode ocorrer se o respondente deixar perguntas em branco, não entender e assinalar pela sintaxe das palavras ou preencher aleatoriamente.

Dois pontos ligados ao nível de escolaridade merecem consideração. Além de seis testes de pessoas com nível superior serem invalidados, o indivíduo da pesquisa com maior índice do

esquema pós-convencional tinha apenas o ensino fundamental. Esses resultados não correspondem ao pressuposto neo-kohlberguiano de que pessoas com maior nível de escolaridade tendem a apresentar um índice de desenvolvimento moral maior.

Os resultados obtidos com o uso do DIT-2, revelaram respondentes com diferentes esquemas e tipos de desenvolvimento moral. Com isso, podemos interpretar que ora exercem uma racionalidade mais instrumental, pautada em interesses pessoais ou normas de grupos, e ora julgam a partir de seus princípios ou por uma racionalidade baseada em valores.

Estes foram os pontos principais referentes aos resultados obtidos por pesquisas que empregaram o DIT-2. Elas deram mostras, no entanto, dos desafios e problemas quanto ao uso do instrumento proposto. Na próxima seção, essas dificuldades e limitações são discutidas.

Dificuldades para aplicar e responder ao *Defining Issues Test-2*

A aplicação do DIT-2 pelos pesquisadores e a realização do teste pelos participantes apontam para algumas dificuldades em sua utilização.

Nos Alcoólicos Anônimos, foram aplicados dezesseis testes, em grupos de dois a três integrantes, a cada encontro realizado em setembro de 2015. Três formulários foram invalidados: um não concluiu o preenchimento, outro não entendeu o teste e a todo momento consultou as respostas dos outros e o terceiro precisou ser invalidado porque a pesquisadora não tinha instruções sobre como proceder com respondentes com deficiência visual.

Os dados dos 13 testes foram enviados ao CSED, que por sua vez os submeteu à checagem de confiabilidade padrão, validando apenas três dos 13 enviados. Os respondentes tinham 37, 24 e 46 anos, com escolaridade em nível fundamental, ensino médio e superior, respectivamente.

A aplicação do teste revelou algumas dificuldades, pois seu conteúdo requer concentração prolongada e disponibilidade de tempo por parte dos participantes. Na pesquisa com empreendedores, o teste foi aplicado individualmente em cada organização, o que demandou seis encontros. Com uma amostra maior, poderia enviar o questionário por formulário on-line. No entanto, pela demora de preenchimento, é provável que os respondentes não completariam o teste até o final.

As dificuldades para responder ao teste se referem ao entendimento de seu conteúdo e de sua forma de preenchimento, bem como o tempo de demora e sua complexidade. Alguns dos membros do A.A., por exemplo, optaram por não responder à pesquisa e hesitaram em participar, por receio do questionário. O tamanho do teste também motivou alguns possíveis

voluntários a desistirem. Alguns dos empreendedores tiveram dificuldades frente à argumentos descritos em forma de interrogação.

O tempo de preenchimento variou bastante entre os participantes de ambas as pesquisas. Para os empreendedores, o tempo de conclusão não excedeu 45 minutos, enquanto na pesquisa no A.A. um dos participantes levou duas horas e meia para conclusão do teste. Apesar da boa vontade em ajudar na pesquisa, alguns membros do A.A. não prestaram a devida atenção ao teste. Percebeu-se uma maior facilidade em aplicar o teste com os empreendedores do que com os membros do A.A. Devido às dificuldades, foi necessário orientar os participantes do A.A. individualmente, o que tornou o tempo total para aplicação bem superior ao previsto. Os empreendedores receberam instruções brevemente, e ambas as pesquisas continham instruções prévias, escritas na primeira parte do instrumento.

Considerações sobre o *Defining Issues Test-2* e demais instrumentos

Analisando ambas as pesquisas, percebe-se que o arcabouço teórico metodológico da TDM de Kohlberg (1992) pode contribuir para o estudo da racionalidade instrumental e substantiva. Por outro lado, o uso do DIT-2 apresentou algumas dificuldades em sua aplicação em diferentes contextos organizacionais.

Primeiramente, algumas das concepções kohlberguianas não são abordadas diretamente pelo instrumento, precisando ser complementadas por outras técnicas de coleta de dados. Como é o caso da atmosfera moral, que nos estudos organizacionais está relacionada com um ambiente ou cultura abertos ao julgamento moral de seus colaboradores. Outro ponto que merece destaque é o conteúdo das histórias ou dilemas que compõem o DIT-2. Desde sua primeira versão, os dilemas são os mesmos ou similares aos utilizados por Kohlberg (1992). Foi a partir deles que Kohlberg encontrou, após muitas pesquisas, um padrão nas justificativas. A partir desses dados empíricos formularam-se os 12 argumentos analisados em cada dilema.

Entretanto, os dilemas do DIT-2 não se referem a situações corriqueiras de administradores públicos ou privados. Um instrumento que faz uso de dilemas relacionados à administração pública é o SSMS – *Stewart-Sprinthall Management Survey* – considerado no estudo de Rizzo e Swisher (2004). No Brasil, além do DIT e das entrevistas nos moldes kohlberguianos, pesquisadores utilizam o *Moral Competence Test* (MCT ou MJT), de Lind (BATAGLIA *et al.*, 2010). Atualmente, novas pesquisas têm desenvolvido instrumentos próprios para o estudo do desenvolvimento sociomoral de crianças, por meio do cálculo estatístico da teoria de resposta ao item (p.ex.: TAVARES *et al.*, 2016).

Durante a 41^a Conferência Internacional de Educação Moral (AME), realizada nos dias 04 a 07 de novembro de 2015, em Santos - SP, Georg Lind conduziu um *workshop* sobre o *Moral Competence Test*. Primeiramente, apresentou os experimentos sob sua condução acerca da validade dos instrumentos DIT e MCT. Depois, explicou as etapas do cálculo do MCT. Lind (2000) empreendeu um exame de validade do DIT e do MCT, evidenciando a possibilidade de respondentes melhorarem o índice de seus testes DITs, se assim o quisessem. Pedindo ao respondente julgar como se fosse um filósofo, os resultados do DIT foram superiores às respostas normais do mesmo participante, o que não acontece no MCT.

Diante dessa possibilidade, volta-se a discutir os instrumentos disponíveis para mensuração do desenvolvimento moral. Enquanto o DIT-2 mede a capacidade de reconhecer orientações morais envolvidas nos dilemas (THOMA; DONG, 2014), o MCT mede a capacidade ou competência para fazê-lo. Segundo Lind (2000), ele permite uma análise dos princípios morais da pessoa, a partir de seu fundamento cognitivo e afetivo, mas oferecendo um exame distinto da parte racional e emotiva. O MCT mensura o grau de competência moral e Lind (2000) acredita que ela pode ser a ponte entre as boas intenções e o comportamento moral.

Talvez o que se deva fazer para investigar o julgamento ou competência moral no contexto organizacional brasileiro seja também elaborar um instrumento de coleta e apuração de dados. No entanto, se considerarmos os achados de Kohlberg (1992), o tipo de dilema e a decisão *per se* não são aspectos que definem o desenvolvimento moral. Para Kohlberg (1992), as justificativas ou razões atribuídas à própria escolha é que definem a forma de raciocínio moral e, por conseguinte, seu estágio de desenvolvimento. O primeiro passo seria realizar entrevistas em profundidade, conhecer os dilemas morais enfrentados por administradores públicos ou privados e quais foram as justificativas dadas nas decisões. Conhecendo alguns dilemas próprios de administradores, pode-se colocá-los sob análise de outros participantes para conhecer diferentes justificativas. A partir desses dilemas e justificativas, seria possível elaborar um instrumento próprio para a administração, com dilemas do contexto brasileiro.

A TDM sugere uma visão mais abrangente para os julgamentos morais. Os julgamentos éticos são realizados em todos os casos em que valores ou princípios estão sob análise. Mesmo prevalecendo o esquema de interesses pessoais, há um julgamento moral. Aproximada essa premissa à análise da racionalidade nas organizações, devemos supor que esses julgamentos morais são vinculados tanto à racionalidade substantiva, quanto à racionalidade instrumental. Com essa relação confirmada, podemos considerar os julgamentos éticos como elementos de ambas as racionalidades. Assim, é possível acrescentar tais julgamentos como componentes da racionalidade instrumental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do uso do DIT-2 em estudos sobre o desenvolvimento moral e a racionalidade nas organizações foi o objetivo desse artigo. A proposta foi analisar as primeiras tentativas de articulação da teoria do desenvolvimento moral aos estudos sobre a racionalidade instrumental e substantiva.

Um dos objetivos inerentes às pesquisas tributárias ao legado de Ramos (1989) é fazer avançar o conhecimento sobre a Teoria Substantiva da Vida Humana Associada. Considerando a concepção de racionalidade substantiva baseada em valores, a TDM pareceu oferecer o arcabouço teórico-metodológico profícuo.

Este artigo observou essa possível relação em pesquisas que, embora tenham buscado em profundidade entender tais elementos, envolveram um número reduzido de participantes e utilizaram uma escala desenvolvida no campo da psicologia, revelando uma necessidade de novas pesquisas empíricas com um número maior de respondentes.

Com a análise pode-se afirmar que ambas as racionalidades, instrumental e substantiva, estão presentes em julgamentos de dilemas morais, dependendo da capacidade de julgamento moral e da complexidade das situações enfrentadas, ou seja, são diferentes tipos de racionalidade, mas de uma única razão, singular de cada indivíduo (MEDEIROS; SOUZA, 2010; SANTOS *et al.*, 2019).

Como exposto, o uso do DIT-2 é uma opção objetiva que permite uma mensuração consistente com os fundamentos da TDM. No entanto, os procedimentos metodológicos, a apuração dos resultados, a aplicação e as respostas na realidade brasileira revelaram algumas dificuldades que levam a reconsiderar os critérios para escolha do instrumento.

Nos procedimentos metodológicos está um dos pontos de fragilidade na apuração do resultado. Devido ao cálculo ser centralizado pelo CSED não se sabe em que medida a informação “posicionamento político” interfere nos resultados apurados pelo DIT-2. Rizzo e Swisher (2004) levantam essa questão da dimensão política no DIT e as diferenças nas respostas de liberais e conservadores nos Estados Unidos.

Além disso, não é possível aos pesquisadores detalhar os cálculos estatísticos, já que os cálculos não são divulgados pelo CSED ou descritos em teses e artigos. Em decorrência, um projeto de pesquisa longitudinal que faça uso de uma base de dados expressiva se torna inviável. A despesa para apuração dos resultados pode ser outra barreira para amostras grandes de respondentes do DIT-2.

As pesquisas também revelaram dificuldades para sua operacionalização e no preenchimento pelos participantes. Uma revisão no conteúdo e nos itens que compõem os dilemas parece ser necessária. Algumas pessoas precisaram de auxílio para entender e preencher o instrumento, levando em alguns casos até duas horas e meia para conclusão.

Pesquisas exploratórias para aprimorar a escala podem ajudar com essa limitação. Além de amostras significativas, é preciso adotar critérios de escolha e de validade dos instrumentos para pesquisas com respondentes de organizações brasileiras.

Um primeiro passo para estabelecer esses critérios é revisitar escalas sobre o desenvolvimento moral. Nessa análise, é necessário atentar para o conceito explicitamente atribuído ao julgamento moral e sua aproximação ou distinção com outros construtos, tais como a racionalidade e a competência moral. Pesquisas futuras podem analisar a relação entre esses elementos e em que medida estão associados.

A análise do uso do *Defining Issues Test* – 2 em organizações brasileiras deu mostras da dificuldade em se aproximar teorias e metodologias de outras realidades. Evidencia-se o rigor necessário para trazer um instrumento estrangeiro e do campo da psicologia, para os estudos organizacionais no contexto brasileiro. É fundamental que se adote uma “postura parentética”, no sentido de captar a essência das bases teóricas, metodológicas e filosóficas da TDM e do instrumento escolhido. Dessa forma, pode-se conhecer as fronteiras e limitações de uma abordagem e adotá-la de forma segura em organizações brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AMES, M. C. F. D. **“Moral da história”: Dilemas, incerteza e a racionalidade de empreendedores econômicos e sociais**”. Dissertação (Mestrado). 2015. 392 f. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, novembro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2869477. Acesso em 16/11/2019.
- ANDRIOTTI, F. *et al.* “Proposição de um protocolo para o estudo da intuição e o processo de tomada de decisão”, **REGGE**, v. 21, No. 2, pp. 163-181, 2014.
- BATAGLIA, P. U. R. *et al.* “A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil”, **Estudos de Psicologia**, v. 15, No. 1, pp. 25-32, 2010.
- BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. Moderna, São Paulo, SP, 2002.
- BIGGS, D. A.; COLESANTE, R. J. “The moral competence test: an examination of validity for samples in the United States”, **Journal of Moral Education**, v. 44, No. 4, pp. 498-516, 2015.
- CAITANO, D. **“A racionalidade substantiva na gestão organizacional: contribuição para consolidação de um campo de estudos”**, Unpublished master’s thesis Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2010.
- _____. “Phronesis: uma saída para os limites da razão”. IN: VI Cólóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 26-28 April, Florianópolis, Brasil, 2017.

- CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 12/02/2016.
- CHERQUES, H. R. *et al.* “Moral development in organizations: a comparative study between Brazil and Portugal”, **ADM.MADE**, v. 15, No. 3, pp. 21-38, 2011.
- COSTA, A. *et al.* “Revisitando os estudos da análise da racionalidade nas organizações no Brasil (2013-2016): como se apresentaram as tendências nesses últimos anos?”. IN: VI Cóloquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 26-28 April, Florianópolis, Brasil, 2017.
- COSTA, A. E. “**Desenvolvimento moral nas organizações: um estudo na Associação de Alcoólicos Anônimos**”. 2015. 335 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2015. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006a/00006adc.pdf>. Acesso em 16/11/2019.
- CSED – **Center for the Study of Ethical Development [University of Alabama]** (n.d.). Available at: from <http://ethicaldevelopment.ua.edu>. Acesso em 09/08/2017.
- GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women’s development**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1982.
- HAIDT, J. “Moral psychology for the twenty-first century”, **Journal of Moral Education**, v. 42, No. 3, pp. 281-297, 2013.
- KOHLBERG, L. **Psicologia del Desarrollo Moral**. Trans.: Asun Zubiaur Zárata, Cesclée de Brouwer, Bilbao, Espanha, 1992.
- LIND, G. “O significado e medida de competência moral revisitada: Um modelo do duplo aspecto da competência moral”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, No. 3, pp. 399-416, 2000.
- MEDEIROS, J.; SOUZA, W. “A racionalidade na gestão do setor social: estudos em organizações de caráter solidário”, **REGE**, v. 18, No. 2, pp. 145-158, 2011.
- RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro: Esboço de uma teoria geral da administração**. (2nd ed.), FGV, Rio de Janeiro, RJ, 1983.
- _____. **A nova ciência das organizações**. (2nd ed.), FGV, Rio de Janeiro, RJ, 1989.
- _____. **A Redução Sociológica**. (3rd ed.), UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1996.
- REST, J. *et al.* A Neo-Kohlbergian Approach: The DIT and Schema Theory. **Educational Psychology Review**, v. 11, No. 4, pp. 291-324, 1999a.
- REST, J. *et al.* “DIT2: Devising and Testing a Revised Instrument of Moral Judgment”, **Journal of Education Psychology**, v. 91, No. 4, pp. 644-659, 1999b.
- RIZZO, A.; SWISHER, L.L. “Comparing the Stewart-Sprinthall Management Survey and the Defining Issues Test-2 as Measures of Moral Reasoning in Public Administration”, **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 14, No. 3, pp. 335-348, 2004.
- SANTOS, L. “**A tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental na gestão pública: novos caminhos de um campo de estudo**”. Unpublished master’s thesis Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2012.
- SANTOS, L. *et al.* Razão e Administração: revisitando alguns conceitos fundamentais. **Cad. EBAPE**, v. 17(1), pp. 37-48, 2019.
- SERVA, M. “**Racionalidade e Organizações: O fenômeno das organizações substantivas**”, vols. I e II. Unpublished doctoral dissertation Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, São Paulo, Brasil, 1996.
- _____. “A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa”, **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 37, No. 2, pp. 18-30, 1997.
- SERVA, M. *et al.* “A análise da racionalidade nas organizações: um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil”, **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, No. 3, pp. 414-437, 2015.
- SILVA, M. “Racionalidade substantiva no processo decisório: um estudo em instituições que lidam com o tratamento oncológico infanto-juvenil na cidade de Natal (RN)”, **Rev. Adm. Pública**, v. 45, No. 5, pp. 1327-1361, 2011.
- SIQUEIRA, G.; SERVA, M. “Tensão entre racionalidades na abordagem substantiva das organizações”. IN: IV Cóloquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 26-28 March, Florianópolis, Brasil, 2014.

TAVARES, M. *et al.* “Construção e validação de uma escala de valores sociomorais”, **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, No. 159, pp. 186-210, 2016.

THOMA, S. J. “Research on the Defining Issues Test”. IN: KILLEN, M.; SMETANA, J. (Eds.), **Handbook of Moral Development**, Lawrence Erlbaum Associates, Mahwah, NJ, pp. 67-91, 2008.

THOMA, S. J.; DONG, Y. “The defining issues test of moral judgement development”, **American Psychological Association**, v. 19, No. 3, pp. 55-61, 2014.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa (Trans), Editora Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1999.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002. (Parte I: A política como vocação e A ciência como vocação).